

**1 ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES**  
**2 MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA - CBH PN3**

3 Ata da 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo  
4 Paranaíba - CBHPN3, aos 11 de agosto de 2021, às 08h30min, por meio de vídeo conferência via  
5 plataforma Jitsi Meet, no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum exigido no  
6 Regimento Interno do CBH PN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Cristiano Correa Lemos  
7 – PMMG; Fernando Oliveira Franco – EPAMIG; Robson Rodrigues dos Santos – IGAM; Bruno Neto de  
8 Ávila – IGAM; Hideraldo Buch - SES Uberaba; Otalino Rodrigues Filho - SES Ituiutaba; Eduardo Siquieroli  
9 - PCMG; Ademar Franco Guimarães – EMATER; Elaine Aparecida Santos Oliveira - Prefeitura Municipal  
10 de Araporã; Sandro Domingues Parreira - Prefeitura Municipal Monte Alegre de Minas; Paulo Cesar  
11 Franco - Prefeitura Municipal de Uberaba; Tiago Aparecido de Oliveira - Prefeitura Municipal de  
12 Cachoeira Dourada; Maria Clara Machado Alessi Ferreira - Prefeitura Municipal de Uberlândia; Maria  
13 Martins Pedrosa – AMVAP; Maurício Garvil – ACII; Maria Eduarda Rodrigues da C. Gonçalves – FIEMG;  
14 Dênio Drummond Procópio – CEMIG; Sergio Gustavo Resende Leal – FONASC; Eurípedes Luciano da Silva  
15 Júnior – ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende – AMEDI; Gustavo Malacco – Neoambiente; Dora Marques  
16 Peres Drummond - OAB-MG/44ª Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro - ABES; Paulo Luiz Galvão Alves -  
17 CREA/MG. E os convidados: Thais Oliveira – ABHA; Thiago Alves - Diretor Geral da ABHA; Tayná Uber da  
18 Silva - GEABE/IGAM. Abertura: Antônio Giacomini iniciou a reunião fazendo um breve resumo  
19 histórico do processo de implantação da cobrança. Atualizou a plenária a cerca dos andamentos das  
20 atividades, inclusive a que envolve a participação do IGAM na elaboração de uma nota técnica que  
21 poderá incorrer na necessidade de adequação e melhoramento da minuta do plano por parte da  
22 Assembleia, se julgar pertinente, antes que a mesma seja encaminhada ao Conselho Estadual. Em  
23 seguida, falou sobre o processo de implantação da agência, responsável pela execução financeira e  
24 técnica das metas do Plano de Bacia e explicou sobre a reunião que ocorreu no final do mês de  
25 outubro. A mesma contou com a participação de quatro membros do âmbito da diretoria do comitê  
26 e dos coordenadores das Câmaras Técnicas com objetivo de nivelar os fatores legais e reais que  
27 permeiam as questões da bacia do Rio Paranaíba bem como difundir a existência de uma agência de  
28 Bacia do Paranaíba no âmbito Federal e do PN2 (Araguari). Aproveitou para informar que a agência  
29 ABA, contratada pelo Paranaíba, irá realizar oficinas específicas para contribuir com a divulgação de  
30 informações e conhecimento, ação que reflete a constante preocupação em proporcionar aos  
31 conselheiros, conhecimento, informação entendimento e embasamento para as decisões a serem  
32 tomadas dentro da institucionalidade e legalidade. As oficinas serão oferecidas pelo CBH Paranaíba  
33 no dia 25 de agosto em contribuição ao processo de difundir informações e conhecimento. Por isso,  
34 Antônio Giacomini pediu aos conselheiros que participem e façam suas inscrições no momento  
35 oportuno. O Item nº2 tratou da aprovação da ata da 12ª reunião extraordinária realizada em 29 de  
36 julho de 2021. Foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O item de nº3, palavra dos  
37 conselheiros, seguiu sem manifestação de participação. No item nº4, o tema sobre agência de bacia/  
38 entidade equiparada e suas funções ou ações, foi exposto por Tayná representando o IGAM. O órgão,  
39 sendo responsável pela contratação da agência ou entidade equiparada possui condições de  
40 esclarecer a assembleia, principalmente no atendimento das necessidades do PN3 no processo de  
41 implantação da agência. Foi disponibilizado a todos os conselheiros um documento elaborado pelo  
42 IGAM, contendo tudo sobre o funcionamento de uma agência de bacia. Tayná, usando esse  
43 documento, expos, de maneira objetiva o funcionamento das agências de bacias e das entidades  
44 equiparadas como parte do Sistema Estadual de gerenciamento de recursos hídricos. As entidades  
45 que participam deste processo são: o Semad, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os comitês,  
46 o IGAM, os órgãos e as entidades de poderes estaduais e municipais da gestão de recursos hídricos.  
47 Detentoras de personalidade jurídica própria, as agências atuam nas comunidades executivas  
48 conforme orientações da normativa de nº 19 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos assim como  
49 descrito no artigo 37, inciso 44 da Lei 3199. A exposição do assunto contextualizou todo o processo

50 de implantação da cobrança já realizado pelo comitê em suas várias assembleias com participação  
51 da plenária. Reforçou a importância da implantação da cobrança pelo direito de uso dos recursos  
52 hídricos e da administração das despesas de implantação e custeio de manutenção técnica e  
53 administrativa do processo. Pontuou que a Semad e o IGAM poderão buscar a integração dos comitês  
54 de bacia do Rio Grande (Paranaíba), visando à otimização das despesas e a maximização dos  
55 benefícios econômico-financeira. Para isso deverão ser avaliadas as rotas de integração mais  
56 adequadas considerando a homogeneidade das características ambientais socioeconômicas  
57 geográficas e hidrológicas, bem como as iniciativas de integração em cursos tendo no máximo duas  
58 entidades separadas para cada uma das bacias. Falou dos critérios que classificam uma entidade  
59 como sendo equiparada e das funções, competências e atribuições cabíveis a ela de acordo com as  
60 Deliberações Normativas 19 e 22 do Conselho Estadual. Segundo Tayná, para que seja possível a  
61 implantação da entidade/agência, é importante considerar: a comprovação da capacidade financeira  
62 de um ou mais comitês; a integração dos comitês de bacia hidrográfica comprovada utilização das  
63 despesas e maximização dos benefícios e da viabilidade econômica e financeira; a indicação do  
64 comitê que deve ser feita em reunião com pauta única e exclusiva para o assunto mediante  
65 deliberação; documentação que comprova a regularidade jurídica e fiscal da entidade e aprovação  
66 do Conselho do mês de deliberação da declaração mediante análise técnica e jurídica que o IGAM  
67 elabora para subsidiar decisões. Sobre as competências que cabem às agências, estão descritas na  
68 Lei 13177 e são um total de 34. Dentre elas foram destacadas a estimativa de custeio administrativa  
69 de uma entidade equiparada reforçando o tema já antecipado na abertura desta reunião sobre a  
70 nota técnica atribuída pelo IGAM. Os demais itens foram tratados de maneira objetiva, sempre  
71 buscando alinhar a teoria descrita nos documentos legais ao cenário real, fato que pode ser  
72 comprovado no trabalho exposto com subtítulo de: Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e seus casos.  
73 A apresentação de alguns estudos de casos mostrou a dinâmica da arrecadação de acordo com o uso  
74 dos índices. Conforme o estudo apresentado, para o estado de Minas Gerais será interessante essa  
75 dinâmica e servirá como base para o estabelecimento de valores visando arrecadação uma vez que  
76 o processo está sendo implantado. A seguir, foi reforçada ação que permeia este processo, a  
77 elaboração do Plano de Gestão regido pelo Decreto Estadual 47633. Na sequência, foi apresentado  
78 o processo de seleção que começa com a indicação da entidade por parte do comitê ou por  
79 chamamento público. Foi feita uma breve abordagem sobre os recursos para efetivação dos repasses  
80 e a prestação de contas. Foram apontados diversos temas envolvendo aportes financeiros, os  
81 indicadores e sindicadores. Finalizada a apresentação foi aberto momento para questionamentos.  
82 Paulo César – Prefeitura de Uberaba, questionou se o próprio comitê não poderia executar o  
83 processo de recurso da cobrança e Antônio Giacomini, juntamente com a Tayná, respondeu que é  
84 preciso que seja uma entidade de personalidade jurídica para fazê-lo. O comitê não pode, pois é um  
85 órgão apenas deliberativo. Por isso a necessidade da implantação de uma agência de bacia em Minas  
86 Gerais, que no momento ainda não foi instituída. Dora Drummond – OAB, questionou se é preciso  
87 contratar agência e só depois efetivar a cobrança? Antônio Giacomini esclareceu a dúvida expondo  
88 novamente o funcionamento do processo de implantação e reforçando a necessidade de todos  
89 estarem sempre buscando se informarem. Leila questionou a apresentação de dados mais concretos  
90 sobre a quantidade de empreendimentos na bacia do comitê para levantamento dos pagadores.  
91 Paulo Cesar questionou também sobre as simulações de arrecadação e Antônio Giacomini explicou,  
92 por meio dos gráficos e tabelas, que, por serem bem complexas e considerarem vários fatores de  
93 articulação com o PN1, não é viável o julgamento financeiro sem conhecimento dos atores reais.  
94 Hideraldo Buch e Robson expressaram concordância com Antônio Giacomini que defendeu o  
95 percentual estabelecido teoricamente em torno dos 7,5%. No item de nº5, Thiago Alves, diretor da  
96 ABHA, iniciou sua participação conforme a pauta elogiando os trabalhos do comitê e a apresentação  
97 de Tayná, principalmente a forma como foi definida a questão do contrato com sua estrutura  
98 administrativa e financeira própria, principalmente considerando que não se trabalha com nenhum

99 tipo de aferição de lucro de benefício quando se faz um contrato de gestão. A finalidade é gestar  
100 realizando atividades outorgadas pelo estado, cumprindo a missão e o compromisso com a  
101 excelência dos resultados por meio da intenção de se promover progresso na sustentabilidade hídrica  
102 da nossa região. Defendeu que para esse sucesso é necessário trabalhar na integração e no  
103 compartilhamento das ações entre os comitês que fazem parte dessa grande bacia do Paranaíba.  
104 Neste contexto, explicou a participação da entidade na bacia do Paraná (Paranapanema) e expos o  
105 organograma da empresa. Possui uma assembleia geral e um conselho fiscal. Uma estrutura que  
106 atende a associação dos usuários e participa dos contratos de gestão em graus de fiscalização e  
107 administração. Com participação ativa nas assembleias, administrativa e periodicamente promove  
108 encontros com pautas voltadas à conciliação, prestação de contas da gestão e prestação de contas  
109 dos resultados trimestrais. Por meio de um gráfico de linha do tempo, mostrou o vasto cenário das  
110 atuações da empresa bem como as avaliações/notas atribuídas a ela e fatores vinculados à qualidade  
111 do trabalho da empresa, seus objetivos e os vários projetos. Finalizou apresentação respondendo à  
112 pergunta de Mariza sobre qual seria seu maior desafio como diretor da entidade. Respondeu  
113 perguntas de outros conselheiros no chat. Maurício perguntou sobre a compra de equipamentos e  
114 sobre a possibilidade de contratação da agência por um tempo mínimo. Antônio Giacomini  
115 questionou Tiago sobre a composição do quadro técnico e do quadro administrativo (se referiu à  
116 qualificação do quadro de pessoal). Pontuou algumas questões para Tiago que assegurou ter tomado  
117 nota de todas para respondê-las em momento oportuno. No item de nº6, Robson (IGAM) convidou  
118 todos os conselheiros a participarem de um curso sobre outorga oferecido pelo IGAM. Sem mais  
119 manifestações de interesse em participar, o presidente do comitê Antônio Giacomini encerrou a  
120 plenária agradecendo a presença de todos.



121

122 Antônio Giacomini Ribeiro

123 Presidente CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.

Secretaria Executiva